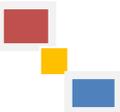

A CISÃO DA FRAÇÃO FERRARISTA (1959-1960)



Maura Bombardelli
Graduada em Licenciatura e Graduanda em Bacharelado em História - UFRGS
Bolsista de Iniciação Científica - FAPERGS
E-mail: maurabombardelli@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo propõe-se a examinar a cisão interna ocorrida no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na passagem para os anos 1960, da qual se originou, em 1959, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), transformado em partido político no ano seguinte. Orientados pelo estudo das *subunidades partidárias* desenvolvido por Giovanni Sartori (1982), procuramos compreender de que forma uma fração atuante no PTB, cuja principal liderança era Fernando Ferrari, demarcou posições político-ideológicas diante do grupo majoritário liderado por João Goulart. Primeiramente, recompusemos este evento e abordamos alguns aspectos da trajetória de Ferrari para, então, analisarmos a cisão ferrarista. As fontes utilizadas foram o jornal *Correio do Povo*, entre maio de 1959 e outubro de 1960 e um livro publicado por Ferrari após o pleito para a vice-presidência da República de 1960, intitulado *Minha Campanha* (1961), além de outras fontes bibliográficas.

Palavras-chave: Fernando Ferrari, Partido Trabalhista Brasileiro, Movimento Trabalhista Renovador

INTRODUÇÃO

Havia no caráter de Fernando Ferrari traços que me comoviam, como sua capacidade de otimismo e sacrifício, e também uma certa candura, no sentido mais puro desta palavra. Era o jovem líder dotado duma serena coragem apostólica que nada tem a ver com bravatas, cargas de cavalaria e patas de cavalo. Em suas pregações cívicas e políticas, jamais recorreu, que eu saiba, à ameaça. Mantinha, isso sim, uma admirável fidelidade ao seu pensamento e aos seus sentimentos cristãos. Num país em que a corrupção campeia e quase se vai transformando em norma, Fernando Ferrari era um dos poucos homens públicos que podem permitir sem medo uma devassa na sua vida privada. Viveu pobre e pobre morreu.

Érico Veríssimo¹

O escritor Érico Veríssimo e o político Fernando Ferrari são agentes cujas trajetórias simbolizam um tempo da história brasileira. Conforme Lucilia Delgado, “cada tempo tem sua marca específica, definida pelas ações dos sujeitos históricos e pelos valores que o conformam (...). São as marcas da singularidade temporal que fazem dos processos históricos experiências únicas e, portanto, definitivas” (2001:170-171). O chamado Período

¹ Trecho do prefácio ao livro *Escravos da Terra*, obra póstuma de Fernando Ferrari (1963: 01).

Democrático (1945-1964) traz consigo uma marca indelével: a crença na transformação com vistas à construção de um futuro alternativo ao próprio presente.

Temas como educação para todos, reforma agrária, enfrentamento da seca e da miséria no Nordeste, combate à corrupção e à desigualdade social e preservação do patrimônio nacional, pautados nas campanhas presidenciais até os nossos dias, consolidaram-se como demandas de uma parcela da população ao Estado brasileiro naquele período. Estavam presentes, por exemplo, no livro *Mensagem Renovadora*, do economista e político gaúcho Fernando Ferrari (1960).

Ferrari integrava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dos protagonistas na condução de um projeto político para “transformar” o país. Criada por Getúlio Vargas no final do Estado Novo sob o argumento representar os anseios dos trabalhadores brasileiros, institucionalizando a ideologia do trabalhismo, tal sigla assumiu um papel destacado na proposição de políticas reformistas ao país, sobretudo a partir de meados dos anos 1950 (DELGADO, 1989).

No entanto, o momento de maior avanço do reformismo programático do partido coincidiu com a perda de um de seus grandes líderes, figura importante na elaboração de algumas de suas principais diretrizes (D'ARAÚJO, 1996: 128).² *Personalismo, regionalização decisória*, ou mesmo *fidelidade ao seu pensamento* e luta por um *trabalhismo autêntico*, como preferiam seus defensores, afastaram Fernando Ferrari, deputado federal mais votado em 1958, e então líder de bancada na Câmara, da agremiação que ajudara a fundar. Ocorria “O Grande Cisma no PTB” do qual se originou, em 1960, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), único novo partido criado desde os anos de transição do Estado Novo para o Período Democrático (D'ARAÚJO, 1996).

O presente artigo propõe-se a examinar a cisão interna ocorrida no PTB na passagem para os anos 1960. Orientado pelo estudo das *subunidades partidárias* desenvolvido por Giovanni Sartori (1982), procura-se compreender de que forma uma fração atuante no PTB, cuja principal liderança era Fernando Ferrari, demarcou posições político-ideológicas diante do grupo majoritário, liderado por João Goulart.³

² Ferrari foi, por exemplo, um dos responsáveis pela elaboração de um programa mínimo de cunho trabalhista como requisito para aceitar a aliança entre João Goulart e Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955 (D'ARAÚJO, 1996: 107). O Plano de Ação Política, um roteiro de recomendações a serem observadas pelos dirigentes parlamentares petebistas no tocante às possíveis articulações do PTB com outros partidos, aprovado na XI Convenção Nacional do partido também foi elaborado, em sua maior parte por Ferrari (D'ARAÚJO, 1996: 126).

³ Este artigo é parte integrante de um trabalho mais amplo intitulado “*Por um Trabalhismo Autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*”, desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História na UFRGS.

Na obra, *Partidos e Sistemas Partidários*, de 1982, Sartori sustenta que o partido é uma unidade significativa de análise, assim como o sistema partidário, seu desdobramento mais abrangente. Do mesmo modo, poderíamos ficar aquém do partido como unidade e estudar as subunidades partidárias, pois, “mesmo que o partido seja a principal unidade de análise, essa análise é incompleta se não examinar como tais subunidades entram no partido e o alteram (1982: 93)”. Assim, o estudo do sistema partidário brasileiro no Período Democrático de 1945 a 1964 passaria pelo exame, não apenas dos partidos que o compunham, mas também das suas divisões internas, caso do MTR em relação ao PTB.

Conforme a definição do autor, um partido – seja qual for a sua disposição, formal ou informal – é um conjunto de pessoas que formam “constelações de grupos rivais”. Essas divisões, agregadas ao tipo de interações delas resultante,

constituem por si só uma área de preocupação distinta e crucial. A questão é, portanto, como a unidade ‘partido’ é articulada, ou desarticulada pelas suas subunidades... o próprio partido é – de dentro – um sistema. Portanto, podemos dizer que estamos agora focalizando o partido-como-sistema – um sistema cujas partes são as subunidades partidárias (SARTORI, 1982: 94).

Para o estudo “desde dentro” dos partidos políticos, Sartori sugere a adoção do termo *fração*, que designa genericamente as subdivisões partidárias. Tal termo é concebido como amplo e neutro, ou seja, como uma categoria geral não especificada”. No entanto, partindo dessa classificação geral, tornar-se-ia necessária uma estrutura mais articulada para se explorar a anatomia interna de um partido. Por isso, o autor lança mão dos conceitos de *facção*, concernente a um grupo de poder específico, e *tendência*, entendida como uma série configurada de atitudes (SARTORI, 1982: 96-97).

Com base nessa classificação preliminar, a anatomia sub-partidária poderia ser “proveitosamente explorada ao longo de quatro dimensões: (I) organizacional, (II) motivacional, (III) ideológica, (IV) esquerda-e-direita.” Tais itens, conforme o autor, poderiam também ser avaliados independentemente (SARTORI, 1982: 98).

Para o entendimento da cisão ferrarista, julgamos ser fundamental a observância da “anatomia interna” proposta pelo referido autor, especialmente no que se refere à compreensão das seguintes questões, relacionadas às dimensões I a III: 1) Qual o papel representado pela divergência de tendências em tal cisão? 2) Qual a influência da dimensão ideológica nesse fenômeno? 3) Com relação à dimensão motivacional, tal grupo se constituiria numa facção

(grupo orientado para o poder e/ou para cargos e proventos) ou numa fração de princípio (interessado na promoção de ideias e ideais)?*

Para responder a tais questões, buscamos recompor a cisão ferrarista e, em seguida, abordar alguns aspectos da trajetória de Ferrari, os quais aparecem divididos em três partes: *o jovem de formação católica e o ingresso na política* abordam desde sua juventude até eleição para Deputado Estadual. *O seguidor de Alberto Pasqualini* trata do pensamento político deste teórico, ressaltando sua influência na atuação de Ferrari. Esta, por sua vez, será tema de *O parlamentar comprometido com os ideais trabalhistas*.

As fontes utilizadas foram o jornal *Correio do Povo*, entre maio de 1959 e outubro de 1960, e um livro publicado por Ferrari após o pleito para a vice-presidência da República de 1960, intitulado *Minha Campanha* (1961), que contém artigos sobre momentos da campanha, entrevistas e discursos e aborda o acontecimento a partir da memória de um dos seus protagonistas, ou seja, o próprio Fernando Ferrari.**

1. A CONVENÇÃO DE 1959

Senhores convencionais
Trabalhadores brasileiros

Não é outro espírito que nos reúne nesta memorável convenção, senão o de uma tomada de consciência dos problemas brasileiros e do aparelhamento de nosso partido, no sentido de melhor concorrer para as suas soluções (...) No instante em que outras forças políticas procuram um homem providencial, o Partido Trabalhista se recusa a amesquinhar sua legenda na estreiteza de personalismos suspeitos (...) Não dividiremos a Nação em torno de nomes, nem a ambição pessoal mutilará, no Partido dos Trabalhadores a grande causa do povo e da bandeira de Getúlio Vargas. Esperamos e confiamos que nossos bravos aliados de hoje, caminhem ao nosso lado, unindo aos nossos, os seus ideais de um Brasil melhor e mais feliz.⁴

Em 1º de maio de 1959 instalou-se, no Rio de Janeiro, a XI Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. O evento, repleto de comícios e festividades, foi uma demonstração de

* Segundo Sartori, a dimensão ideológica confunde-se certamente com a dimensão motivacional. Entre outras coisas, a ideologia é uma poderosa força motivadora. Por outro lado, uma série de motivações nada tem a ver com a ideologia. Portanto, os dois contínuos deveriam ser separados.

** Ferrari viria a se candidatar a governador do Rio Grande do Sul, no ano seguinte, pelo MTR, e o livro trazia a versão do deputado acerca do que acontecera até aquele momento entre ele e seu partido de origem.

⁴ Trechos do discurso de abertura da XI Convenção Nacional do Partido trabalhista Brasileiro proferido por João Goulart. *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 30.

vigor partidário. No teatro João Caetano, João Goulart comandou pessoalmente os trabalhos, num esforço concentrado para conter o grupo ferrarista (D'ARAÚJO, 1996: 126). Em seu discurso de abertura, reafirmava o compromisso do PTB com o nacionalismo, criticando a pressão de capitais estrangeiros sobre a economia Brasileira, e defendendo as reformas de base. Naquele dia do trabalhador, homenageou a memória de Getúlio Vargas e a implementação da legislação social. No entanto, dizia Goulart, Vargas não pôde completar sua obra, e o PTB está aqui para fazê-lo.⁵ Por isso, atentava para a necessidade de união dos trabalhistas, como é possível observar na fala reproduzida acima.

Naquela ocasião, houve a aprovação do Plano de Ação Política do PTB, elaborado em sua maior parte pelo deputado Fernando Ferrari. Tratava-se de um roteiro de recomendações a serem observadas pelos dirigentes e parlamentares petebistas com relação a possíveis articulações do PTB com outros partidos. Dentre as medidas, a extensão de votos aos analfabetos e a todas as classes sociais, a reforma agrária, o irrestrito apoio à Petrobras e a imediata aprovação da Eletrobrás e a luta em favor da Operação Nordeste (D'ARAÚJO, 1996: 126-127).

A Convenção Nacional do PTB deliberou ainda pela indicação de João Goulart para a Presidência da República, e deixou em aberto a vaga para vice-presidente em sua chapa, visando à formação de uma aliança eleitoral. Porém, aqueles primeiros dias de maio ficariam na memória dos petebistas não apenas pela grande convenção, mas também pelo crescimento da campanha em prol da candidatura de Fernando Ferrari para a Vice-Presidência da República, após o lançamento de um manifesto assinado por cerca de duzentos estudantes de Santa Maria (LEMOS, 2001). Dizia o documento:

[...] Aqui fica nosso dramático apelo ao Partido Trabalhista Brasileiro, através de seu honrado presidente, doutor João Goulart, muito digno Vice-Presidente da República, e ao seu dinâmico governador do Estado, engenheiro Leonel de Moura Brizola, no sentido de que o Deputado Ferrari seja lançado oficialmente pelo partido do saudoso Getúlio Vargas como imposição do povo e da nova geração, vanguardeira dessa cruzada redentora que quer Ferrari, a bem do Rio Grande e do Brasil, como Vice-Presidente da República.⁶

Aludido por Ferrari (1961: 30) como uma “original página de idealismo”, o manifesto julgava que aquela candidatura seria redentora “de uma Pátria à beira do túmulo da desintegração

⁵ *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 30 e 52.

⁶ *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 07.

sócio-política, fabricando descontentes e operando a revolução da fome”. Descrevia o candidato como “apóstolo das virtudes trabalhistas, paladino das virtudes cristãs do nacionalismo puro”, sendo o único capaz de equacionar, com as “mãos limpas”, os problemas nacionais, dentro da tradição cristã, da fé nacionalista, sem impurezas e mistificações.⁷ Virtudes trabalhistas, nacionalismo puro, cristianismo e combate à corrupção – elementos que viriam a ser fortemente veiculados em sua campanha eleitoral – já estavam presentes no documento.

De acordo com Maria Celina D’Araújo (1996), após a convenção de maio, o partido conseguiu acentuar sua posição ideológica, mas Fernando Ferrari, então líder da bancada petebista na Câmara e o mais importante oponente de Jango, fracassou em sua tentativa de barrar o personalismo janguista. A rigor, começava aqui seu afastamento do partido, que culminaria com sua expulsão após as eleições presidenciais de 1960, junto com outros petebistas que não apoiaram Goulart, quando transformou em partido o Movimento Trabalhista Renovador.⁸

2. SOBRE FERNANDO FERRARI

2.1. O jovem de formação católica e o ingresso na política

Ferrari nasceu em 21 de junho de 1921. Seus pais, descendentes de imigrantes oriundos da Península Itálica, eram agricultores e comerciantes na cidade de São Pedro do Sul. Aos 12 anos, deixou sua terra natal e foi encaminhado para o internato dos irmãos Maristas, em Santa Maria, onde completou o ginásio. Nessa cidade, serviu como soldado e, em 1941, formou-se contador, sendo o orador da turma. No começo de 1942, mudou-se para Porto Alegre, onde estudou na faculdade de Ciências Políticas e Econômicas instalada no Colégio Rosário que, posteriormente, originaria a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi então que Ferrari aproximou-se do mundo da política (WAGNER; PEREIRA, 1985).

⁷ *Correio do Povo*, 03/05/1959, p. 07.

⁸ Convém citarmos outros nomes ligados ao MTR: o Deputado Estadual do Jairo Brum comandava o MTR no Rio Grande do Sul; Manoel João Machado, candidato à vereança pelo PTB em Porto Alegre era um dos coordenadores das campanhas de Ferrari; Clóvis Stenzel era membro da direção do MTR no Rio Grande do Sul e um dos coordenadores da campanha ferrarista no Estado; Carlos Bartolomé e Alexandre Andrés e Araújo Lima são citados por Ferrari (1961) como incansáveis colaboradores; o Economista Ernesto Walter Albrecht era o coordenador nacional da campanha pró-Fernando Ferrari. Dentre os apoiadores “ilustres” de sua campanha menciona o escritor Augusto de Lima, que se pronunciou em seu favor na cidade de Ouro Preto, e o folclorista Luiz da Câmara Cascudo, com quem se encontrou em Natal. Érico Veríssimo e Gilberto Freyre também manifestaram seu apoio a Ferrari, o que foi publicado em um *a pedido* (*Correio do Povo*, 02/10/1960).

Em 1945, já formado, e contador do Banco da Província, aceitou o convite para transferir-se ao Rio de Janeiro e trabalhar no SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social). Na capital do país, ao constatar uma fraude na contabilidade deste órgão, denunciou-a publicamente, através da imprensa e do envio de uma carta ao presidente da República, Getúlio Vargas, acusando o diretor do Serviço, José Evangelista (WAGNER; PEREIRA, 1985). Nas entrevistas concedidas na capital federal, começava a delinear-se a imagem pública de Ferrari: “um jovem economista de 24 anos, moralista e agressivo em suas denúncias contra a corrupção, em defesa do povo e aludindo os postulados cristãos (WAGNER; PEREIRA, 1985: 18)”.

Pediu demissão do cargo, e retornou desempregado, mas com fama, a Porto Alegre. Seu amigo, ex-colega de faculdade e de centro acadêmico, Walter Albrecht, o esperava com uma ficha de filiação a um novo partido que estava em formação: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A atitude de Ferrari ante o incidente do Rio de Janeiro já lhe dava condições de ser candidato a deputado no Rio Grande do Sul. Logrou vitória, sendo eleito para a Assembleia Constituinte de 1947. Na Constituinte, atuou como relator da Comissão de Ordem Econômica e Social, sendo orientado por Alberto Pasqualini, de quem se tornaria discípulo (WAGNER; PEREIRA, 1985).

2.2. O SEGUIDOR DE ALBERTO PASQUALINI

Alberto Pasqualini teve papel fundamental na carreira política de Ferrari. De acordo com Luiz Alberto Grijó (2007), aquele político era tido como um dos poucos membros do PTB a elaborar e difundir princípios teóricos do trabalhismo. Para compreender a atuação político-partidária e a produção teórica de Pasqualini, Grijó aponta duas influências de sua trajetória social que o marcaram profundamente: “sua origem relacionada ao mundo colonial italiano e, em função mesmo disso, sua formação cultural e escolar pautada pela presença dos valores pregados por religiosos vinculados à Igreja Católica” (2007: 91).⁹

⁹ De acordo com Grijó (2007), por suas origens sociais e familiares, Pasqualini teria sido fortemente influenciado por clérigos e pelo catolicismo, o que certamente pesou na opção de estudar em um seminário de sacerdotes. O autor salienta ainda o tipo de catolicismo intelectualizado e elitizado desenvolvido nos estabelecimentos controlados por padres jesuítas, onde Pasqualini estudara. Trata-se do que Coradini chama de “comunitarismo orgânico”, a “matriz geral básica” que norteava os conteúdos da formação católica de então e que pode ser associada ao projeto católico jesuítico (CORADINI, 2003 *apud* GRIJÓ, 2007). “Tal projeto visava explicitamente, por meio da disciplina e de uma formação escolar elitista e orientada em termos filosóficos e teológicos para os valores humanistas cristãos derivados do neotomismo, influenciar decisivamente a formação cultural daqueles que se tornariam parte da elite socioeconômica, cultural e político-partidária do Rio Grande do Sul” (GRIJÓ, 2007: 92). Para compreender a produção político-ideológica de Pasqualini, é necessário, pois,

Assim, as ideias e a atuação político-partidárias de Pasqualini devem, pois, ser situadas a partir de um conjunto de influências e referenciais do catolicismo, aliados a uma predisposição de origem social (GRIJÓ, 2007). Segundo Grijó:

Pode-se dizer que ele foi o tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo, o que mesclava com seus conhecimentos adquiridos em termos de ciências sociais, história, “cultura geral” e direito (2007: 94).

O trabalhismo de Alberto Pasqualini era concebido como “profundamente humano” e “essencialmente cristão”, em acordo com o que pregava a doutrina social da Igreja. Trabalhismo e capitalismo solidarista eram, para ele, expressões equivalentes e contrárias tanto à socialização dos meios de produção, quanto ao capitalismo como “instrumento produtor de lucro” (PASQUALINI, 1994 *apud* GRIJÓ, 2007: 95).

O capitalismo deveria ser um “meio de expansão econômica e de bem estar coletivo”. Para isso, era necessário que “as relações entre capital e trabalho fossem reguladas por uma legislação justa que levasse em conta o esforço e a cooperação” (PASQUALINI, 1994 *apud* GRIJÓ, 2007: 95-96). A justiça social não seria alcançada pelo conflito entre classes, nem pelo embate ideológico, mas pela conversão dos “capitalistas” aos princípios do “solidarismo”. O Estado faria o papel de distribuidor, empregando os tributos recebidos em obras e empreendimentos de necessidade pública e concessão de crédito facilitado àqueles que necessitassem, como, por exemplo, os pequenos produtores rurais. Pasqualini também defendia a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural (GRIJÓ, 2007: 96).

Foi partindo desses pressupostos e também das “posições tomadas pelo seu partido no jogo político de então” que o senador eleito em 1950 pelo Rio Grande do Sul passou a apoiar as proposições de cunho “nacionalista” e as “reformas” preconizadas pelo PTB. Foi, por exemplo, o relator do projeto que criou a Petrobras e se posicionou contra o acordo militar entre Brasil e EUA (GRIJÓ, 2007).

Fernando Ferrari elegeu-se para a Câmara Federal no mesmo ano em que Pasqualini tornou-se Senador. Seguidor declarado de suas ideias, Ferrari apoiaria as iniciativas de Pasqualini e buscaria vincular-se ao grupo dos doutrinários do PTB, o que pode ser observado em sua atuação parlamentar. Passemos a ela.

partir da matriz comum do *comunitarismo orgânico* que, com este teórico, tomou uma vertente cujas bases podem ser encontradas na chamada “doutrina social da Igreja” (GRIJÓ, 2007: 93).

2.3. O PARLAMENTAR COMPROMETIDO COM OS IDEAIS TRABALHISTAS

Ferrari reelegeu-se deputado federal em 1954, quando foi escolhido vice-líder do PTB na Câmara. Em 1955, ingressou na Liga de Emancipação Nacional (LEN), uma sociedade civil fundada no Rio de Janeiro que objetivava defender as liberdades democráticas e lutar pelo desenvolvimento autônomo do Brasil. Essa sociedade seria fechada em 1956 devido à acusação de infiltração comunista (LEMOS, 2001).

Para além do fortalecimento das suas posições nacionalistas, a legislatura de 1955/58 é caracterizada pelo acirramento da luta interna de Ferrari com seu partido. Já em 1955, iniciadas as articulações para a eleição presidencial daquele ano, o PTB havia recebido uma proposta de aliança com o Partido Social Democrático (PSD). Quando a convenção petebista se reuniu, Ferrari e Lúcio Bittencourt garantiram nela uma decisão de só firmar qualquer acordo eleitoral com outra agremiação sobre bases programáticas comuns.¹⁰ O governo deveria comprometer-se com a execução de um programa mínimo de cunho trabalhista.¹¹ Tal programa foi aceito pelo PSD, mas em sua maior parte não foi cumprido. Mesmo assim, o PTB firmava seu papel de partido programático e podia partir para uma aliança eleitoral entre Jango (PTB) e Juscelino (PSD). Ambos foram eleitos no pleito de 1955 (D'ARAÚJO, 1996). Segundo D'Araújo (1996: 108), “a partir dessa eleição, o PTB se firmava como partido nacional e auxiliar do governo, mas ficava cada vez mais evidente o distanciamento entre os métodos da direção e os objetivos de grande parte de sua bancada”. Apesar das divergências entre Ferrari e a “cúpula” do partido, ele foi favorável à aliança PSD/PTB e, no mesmo ano da reeleição de Jango à Vice-Presidência, tornou-se líder da bancada petebista na Câmara.¹²

Em novembro de 1955, apoiou o movimento que visava barrar uma conspiração preparada por setores do governo e assegurar a posse do presidente e do vice. Em 1956, liderou a

¹⁰ Segundo Ferrari, foi após muitos debates e relutância que a Convenção concordou em aceitar o programa, pois a principal preocupação dos seus líderes era a obtenção de cargos no governo. Nas suas palavras: “Enquanto a Convenção esfacelava-se procurando uma base ideológica para o acordo, o presidente do PTB [João Goulart], com outros arautos, notadamente o Sr. Ruy Ramos, pregava abertamente a Candidatura de Kubitschek, *última salvação para o Partido* porque do mesmo já recebera uma carta, com firma reconhecida, assegurando-lhe o preenchimento de todos os cargos federais do Rio Grande do Sul e a *entrega* do Ministério do Trabalho, com toda a máquina da previdência e do Ministério da Agricultura” (FERRARI, 1961: 06-07).

¹¹ Maria Celina D'Araújo (1996: 107-108) descreve o programa, elaborado por Ferrari, Pasqualini e outros “doutrinários”, que contemplava os seguintes pontos: “defesa das liberdades, garantia ao trabalho e combate aos *trusts*; guerra à inflação e reforma agrária; reforma eleitoral e restabelecimento dos tiros de guerra nos municípios rurais; estímulo à educação e à cultura do povo; defesa da saúde e da medicina pública; viação e obras públicas contra e seca e amparo e proteção à indústria nacional”. A íntegra do programa pode ser consultada no livro *Minha Campanha* (FERRARI, 1961: 21-25).

¹² É importante mencionar que Ferrari assumiu a liderança em substituição a Vieira Lins, um dos parlamentares expulsos por não apoiar a aliança PTB/PSD e/ou ter se comprometido com outros partidos. Dentre os afastados do partido estavam José Diogo Brochado da Rocha e Lúcio Bittencourt, que faleceu antes da consumação de sua expulsão. Tais expulsões foram justificadas pela manutenção da unidade do PTB em torno do getulismo e da disciplina partidária (D'ARAÚJO, 1996: 109-111).

formação de uma frente parlamentar, que defendia um programa nacionalista e popular e apoiava o governo JK (LEMOS, 2001). De acordo com Lucilia Delgado (1989), A “Frente Parlamentar Nacionalista”, na qual o PTB era o partido majoritário (integravam-na 31 pessepistas, 21 republicanos e 63 trabalhistas), foi formada não apenas a partir de parlamentares ao nível do Congresso Nacional, mas também por outras organizações de caráter nacionalista. Sua origem estava ligada à Liga de Emancipação Nacional, da qual Ferrari também participara. Para a autora, a atuação da Frente Parlamentar Nacionalista teria contribuído para acirrar o confronto ideológico direto entre grupos de direita e de esquerda, não só no âmbito da sociedade civil, mas também internamente no Congresso Nacional.

Para o PTB, segundo D’Araújo (1996), foi nesse contexto que aumentaram as pressões para que o partido definisse seu programa ideológico e se desvinculasse do personalismo que lhe era característico. Nas palavras de Ferrari, “foi nessa fase que repontou o princípio doutrinário de Alberto Pasqualini, que durante anos a fio escrevera e pregara sobre trabalhismo no Rio Grande do Sul”. Com a morte de Vargas, líder incontestado do partido, abria-se o caminho para as reformulações estatutárias. No entanto, Jango buscava capitalizar de forma “personalista” e “caudilhesca” a herança varguista. Mas, argumentava Ferrari: “faltava ao presidente do PTB o mínimo de condições que Getúlio ostentava ao máximo” (1961: 07).

Buscando enfraquecer o poder de Goulart, Ferrari redigiu um manifesto, reivindicando a democratização da organização partidária, a definição de sua opção ideológica e uma atuação mais efetiva juntos aos trabalhadores do campo e das cidades. Tal manifesto resultou em fortes pressões no interior do partido. Por isso, em fevereiro de 1947, renunciou à liderança da bancada através do documento intitulado “Sentido de uma mensagem”.

Nele, o deputado dizia ter se alistado no PTB em 1945, sendo “praticamente um de seus fundadores”, por ver nessa agremiação o grande depositário dos ideais mais caros de sua mocidade. Há dois anos tornara-se líder da bancada, que teve destacada atuação “patrocinando leis para a classe operária e média”. No campo econômico e financeiro, iniciou o grande debate em favor do amparo efetivo ao homem do campo, sem dúvida o mais importante passo para a execução da reforma agrária (FERRARI, 1961: 09-13).

Consolidada a posição da Bancada na Câmara, assentadas definitivamente as suas posições, procurou torná-la influente nos destinos do partido, fazendo sentir aos dirigentes da agremiação, principalmente ao seu ilustre presidente, “que esta já superara a fase meramente eleitoral dos *meetings* e do proselitismo”. Para Ferrari, era chegado o momento de cuidar das suas definições ideológicas, de assentar princípios que norteassem a sua política, de dar-lhes

estrutura técnica. “Com efeito, ganhar eleições, apenas, não poderia constituir objetivo de um partido que se devote com honestidade ao bem público (1961: 13)”.

Com relação à ocupação dos cargos públicos entregues ao partido, nem sempre prevalecia o critério da indicação dos mais capazes ou dos mais probos. Argumentava que havia em certos setores da agremiação – os que julgavam ser os “donos da carta testamento de Vargas” – um medo enorme ao arejamento das ideias, ao afluxo de novas correntes, ao trabalho das equipes. Diante desses problemas, a bancada teria redobrado suas atividades, “traçando-se um rumo ideológico inabalável (FERRARI, 1961: 15-16)”.

Ferrari (1961: 17-18) ressalta também a pressão da Frente Parlamentar Nacionalista para a concretização dos pontos mínimos do acordo programático que foi realizado com o PSD. Mas critica a “injustificável indiferença” com que o referido bloco foi encarado por certos setores do PTB. Com isso, voltaria o PTB à sua posição de isolamento, sem força para executar os compromissos que assumiu com o povo e com a classe trabalhadora. Reclama ainda a fixação de diretrizes para a política internacional. Por fim, expõe os motivos de seu afastamento:

Mas eis que a unidade e o prestígio da Bancada, do seu trabalho e da sua atuação destacada, em todos os setores da sua competência, não poderiam permanecer ilesos em meio à displicência que lavra por outros setores partidários. Essas lideranças estavam tentando miná-la em sua unidade, objetivando, nessa luta absurda, mais atingir o líder do que satisfazer qualquer ideal mais elevado. (...). Divergir não é odiar, não é agredir, não é subverter. É ter convicção própria, ideias próprias e procurar um rumo melhor, é querer acertar em benefício do povo. (...). Deixo meu posto, mas nunca a disposição de lutar pelo meu partido (FERRARI, 1963: 18-19).

Em suma, essas eram as principais críticas dirigidas por Ferrari aos líderes de seu partido, principalmente Jango e, em âmbito regional, Brizola, a quem denominava “seu cunhado *factotun* da executiva gaúcha (FERRARI, 1961: 09)”. Apesar de não ser citada por Ferrari como motivação para a renúncia, é importante atentarmos ao apontamento de D’Araújo no que se refere às disputas regionais. No Rio Grande do Sul, quando das articulações para a eleição estadual, Leonel Brizola opôs-se à candidatura de Loureiro da Silva, apoiada por Ferrari, e buscou até mesmo apoio dos integralistas para a eleição ao governo do Estado. Segundo a autora, foi nessa ocasião que Ferrari renunciou à liderança na Câmara e “converteu-se no símbolo da corrente petebista que questionava o personalismo do partido (Goulart e Brizola), exigindo definições programáticas (D’ARAÚJO, 1996: 118)”.

Para esta autora, as pressões antijanguistas no partido forçaram o PTB a se posicionar em termos programáticos e acabaram favorecendo a posição dos dirigentes. Isto se deu graças a

seus quadros mais rebeldes, liderados por Ferrari, que faziam da questão doutrinária o alvo de seus ataques. Assim, o PTB ia ganhando visibilidade como partido de ideias. Se, por um lado, permanecia sendo um partido de governo, ao juntamente com JK; por outro, tinha na sua bancada uma atuação intensa e agitada em favor da Petrobrás, da criação da Eletrobrás, e iniciava uma trajetória marcante na defesa dos direitos sociais (D'ARAÚJO, 1996: 114).

Em março de 1958, após disputada eleição, Ferrari foi reconduzido à liderança da bancada trabalhista na Câmara. Apesar sua “pregação trabalhista” não ter obtido êxito em barrar a força janguista dentro do partido, o mesmo não se pode dizer dos dividendos eleitorais conquistados no pleito para o legislativo de 1958, quando Ferrari obteve a maior votação de um candidato a deputado em todo o país, com 160 mil votos (WAGNER; PEREIRA, 1985: 27). Mas Brizola, seu principal opositor regional, foi eleito governador do Rio Grande do Sul. No ano de 1959, com a preparação para as eleições do ano seguinte, formou-se no Rio Grande do Sul uma corrente de opinião favorável à candidatura de Ferrari à Vice-Presidência. A partir daí, o deputado tentaria alçar vôos mais altos, incompatíveis com o partido “de Jango”. A união em torno da “causa do povo e da bandeira de Getúlio Vargas” e a não divisão da Nação “em torno de nomes”, pedidos do presidente do PTB na convenção de maio daquele ano, não seriam capazes de impedir o “grande cisma do PTB”, comandado por Ferrari.

3. SOBRE A CISÃO FERRARISTA

Segundo Suely Bastos (1981: 115), a Cisão Ferrarista revelou a existência de um caso atípico, já que as demais dissidências do período (a Ala Jovem do PSD e a UDN Bossa Nova, por exemplo) eram “correntes partidárias internas organizadas com o objetivo de cristalizar-se dentro dos seus partidos e tomar seus postos de comando”. Assim, a renovação pessoal dos comandos, a “releitura” contextual dos conteúdos programáticos – sejam ou não fachada de interesses personalistas, não importa – “foram questões resolvidas pelo choque interno das forças envolvidas, cujo fortalecimento ou não passava pela magnitude de seu apoio eleitoral”, o que não ocorreu com o grupo ferrarista, que acabou criando um novo partido. Alguns apontamentos sobre a anatomia interna do partido – ancorados na proposta de Giovanni Sartori – ajudam-nos a compreender o caráter desta cisão.

O primeiro ponto diz respeito ao que Lucilia Delgado (2001) assinala como “tendências” do PTB. Segundo a autora, ao longo de sua história, o PTB registrou a existência de tendências ideológicas, políticas e de facções que, em alguns momentos, confrontaram-se e, em outros, articularam-se. Foram três as principais.

A primeira delas, denominada *getulista pragmática*, constituía-se de burocratas vinculados à estrutura do Estado, através do Ministério do Trabalho. Sua hegemonia no partido vai desde os seus primeiros anos até o suicídio de Getúlio Vargas. As principais propostas, de acordo com Delgado, poderiam ser sintetizadas em dois lemas: cultivar o carisma de Vargas como instrumento de mobilização política e social, e, com uma ação pragmática, lutar pela manutenção da legislação trabalhista por ele implementada. Possuíam dois suportes de atuação. Um de natureza ideológica, a doutrina do trabalhismo inglês, que traduzia em eficácia social e “neutralidade” o fisiologismo e o corporativismo do PTB nos seus primeiros anos. E outro de natureza organizativa, que buscava no Ministério do Trabalho e em suas ramificações sindicais e previdenciárias o alicerce para a estruturação partidária (DELGADO, 2001). Foram expoentes desta tendência, por exemplo, Agamenon Magalhães e Alexandre Marcondes Filho (DELGADO, 1989: 60).

Os anos iniciais do trabalhismo petebista, marcados pela atuação dos getulistas pragmáticos, segundo a autora, foram fundamentais para impulsionar um projeto trabalhista, que ainda se confundia, naquela conjuntura, com o getulismo e com o paternalismo e pragmatismo que lhe eram peculiares. Pautas importantes se gestaram naquele momento, a destacar o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Nos anos subsequentes à morte de Vargas, novas lideranças surgiram, rompendo com o domínio exclusivo do pragmatismo getulista, mantendo e atualizando as concepções nacionalistas e desenvolvimentistas. Tais lideranças podem ser situadas em duas outras tendências, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas* (DELGADO: 2001).

Os *doutrinários trabalhistas*, intelectuais orgânicos do petebismo, inscreviam-se em uma orientação trabalhista socializante, propugnando uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Sua influência na agremiação começou por volta de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Santiago Dantas e Sérgio Magalhães. Seus fundamentos básicos foram: trabalhismo como etapa para o reformismo social, inclusive para adoção de uma reforma agrária profunda; manutenção da propriedade privada e do capitalismo, buscando um fundamento social para ambos; organização autônoma dos trabalhadores em torno de uma ampla reforma social; difusão dos princípios trabalhistas junto à população brasileira, através do Partido Trabalhista Brasileiro e de organizações da sociedade civil, e adoção permanente de políticas nacionalistas independentes de personalismos conjunturais e da orientação subjetiva de políticos que ocupem conjunturalmente cargos públicos (DELGADO, 2001: 188).

A análise das proposições dos doutrinários remonta especialmente a Alberto Pasqualini, caracterizado na seção anterior. Seu pensamento influenciou uma ala expressiva do PTB. Tal grupo enfatizava a necessidade dos trabalhistas proporem soluções criativas para a questão social. Também criticava o excesso de personalismo da agremiação e os constantes acordos eleitoreiros feitos pelos getulistas pragmáticos. Segundo Delgado (2001), o conflito partidário entre as duas linhas perdurou até o suicídio de Vargas, e com a expansão das proposições nacionalistas e reformistas que se deu a partir dos anos 1950. Foi quando uma nova geração de tendência *pragmática reformista* buscou implementar uma solução de consenso que abrigasse contribuições tanto dos *getulistas pragmáticos* quanto dos *doutrinários trabalhistas*.

Os *pragmáticos reformistas* procuraram amalgamar em sua prática político-partidária características dos getulistas pragmáticos e da tendência doutrinária. Segundo a autora, foi na junção entre o discurso dos *doutrinários* e a prática dos *getulistas* que se estabeleceu a dinâmica que fez com que o PTB ganhasse visibilidade e possibilidade de implementação (DELGADO, 2001).

A atuação de João Goulart pode ser vista como paradigma desse grupo, pois soube incorporar preocupações relacionadas à justiça e à solidariedade social, além de princípios nacionalistas. A isso aliou sua prática político-partidária, desde a ocupação de cargos no Rio Grande do Sul, até sua passagem pelo Ministério do Trabalho, quando tomou medidas de caráter distributivista que incorporaram, entre outros pontos, aumentos salariais – caso exemplar foi o aumento de 100% no salário mínimo, proposto quando era Ministro do Trabalho – e a criação de condições para a implementação de uma reforma previdenciária. Quando presidente, também buscou viabilizar a agenda reformista (DELGADO, 2001).

Ferrari é apontado por Delgado (2001: 187) como integrante dos *doutrinários trabalhistas*. Segundo a autora, essa tendência jamais foi dominante dentro do PTB, e grande parte das suas proposições seria absorvida pelos *pragmáticos reformistas*, o que fortaleceu o partido. Mas Ferrari, e outros petebistas, seriam vozes dissonantes nesse processo, e buscariam acentuar as divergências entre as duas tendências. Quais seriam as motivações para isso?

Com relação à dimensão motivacional, Sartori (1982) propõe uma divisão entre facção (grupo orientado para o poder e/ou para cargos e proventos) e fração de princípio (interessado na promoção de ideias e ideais). Enquanto a primeira move-se pelas recompensas concretas, a segunda é, acima de tudo, um grupo “promocional”.

A principal dificuldade a propósito desta dimensão é o que Sartori chama de “camuflagem”. Uma facção de interesse jamais se declara como grupo orientado apenas para o poder ou

afirma que está buscando cargos e emolumentos. Pode se disfarçar sobre a bandeira da eficiência ou do realismo técnico, ou ainda em “roupagens ideológicas”. Seria este o caso da fração ferrarista? Observemos o que alguns autores afirmam sobre o tema.

Com relação à atuação e personalidade política de Ferrari Delgado ressalta a divergência de análises na historiografia:

Uns reconhecem Ferrari como um trabalhista autêntico, de fato preocupado com a definição doutrinária e prática do que seria o trabalhismo e com uma efetiva organização dos trabalhadores. Outros viam nele não mais do que um dos muitos políticos do PTB presos a conflitos regionais. Ferrari, segundo essas interpretações, não fez mais do que se envolver em conflitos regionais com uma aparente roupagem programático-doutrinária (1989: 213).

Tomas Skidmore (1975: 262) é um dos que consideram que Ferrari foi um dos mais ativos defensores do trabalhismo autêntico no seio do PTB e que, devido ao bloqueio em suas iniciativas verdadeiramente trabalhistas, “acabaria por se envolver em uma bem-intencionada e importante tentativa de fundar um movimento trabalhista-reformista”.

Situado em um estudo mais abrangente sobre cisões partidárias no Rio Grande do Sul, Bastos faz uma reflexão acerca das circunstâncias que teriam originado o MTR. Nas suas palavras,

Esta sumária descrição das circunstâncias que originaram o MTR não tem por objetivo introduzir uma monografia de partido, mas a discussão de um caso específico de cisão partidária. Nosso argumento básico quanto às razões da cisão do MTR com o PTB consiste em que ela se dá frente ao progressivo fortalecimento da ala brizolista, dentro do partido, e que o fulcro, tanto do brizolismo quanto da cisão interna desencadeada por Ferrari, é a regionalização decisória do PTB, bem como sua experiência de governo estadual (1981:116).

Para Bastos, Ferrari se opunha, sobretudo, à política mobilizatória que Leonel Brizola vinha promovendo como governador do Rio Grande do Sul, aliando-se cada vez mais ao Partido Comunista. Ferrari teria, de acordo com a autora, uma posição mais conservadora, considerando que as soluções sociais deveriam dar-se pelo caminho do menor conflito com ações “desde cima” realizadas pelo Estado. A política mobilizatória era criticada por Ferrari por estar “fora dos quadros legais” (1978). Devido a essas divergências, Bastos (1981: 115) considera que o personalismo “não foi o apanágio do MTR”. Com relação a esse último aspecto, D’Araújo desenvolve uma interpretação diferente.

O argumento central para o trabalho de D’Araújo (1996: 16) sobre o Partido Trabalhista Brasileiro é o de que “a atuação de um partido é menos produto de sua ideologia, programa ou

base social do que da forma pela qual os conflitos e lutas internas pelo poder são administrados e eventualmente resolvidos”. No tocante ao “grande cisma”, a autora sustenta que “ele exemplificaria um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidades de chefias inadmissível num partido como o PTB”. O personalismo seria a chave de compreensão desse acontecimento. Perdedor na disputa interna, “Ferrari fundaria o ‘seu’ partido, tão personalista e tão centralizador quanto o PTB” (D’ARAÚJO: 128-129).

Para nossa argumentação, retomaremos a divisão do partido em tendências e suas disputas. Como aponta Delgado (2001), houve divergências internas no PTB entre os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*, e esses últimos buscaram uma solução conciliatória aos conflitos. No entanto, algumas das críticas feitas pelos *doutrinários*, como o unipessoalismo decisório e os critérios de ocupação de cargos públicos jamais seriam revistas pelos *pragmáticos*. Outras, como o reformismo, foram adotadas a longo prazo. No contexto em que se desenvolve a cisão, durante o governo JK, a agenda mínima de cunho trabalhista, proposta pelos *doutrinários* para aceitar a aliança PSD/PTB, em grande parte, não havia sido cumprida. E mesmo as disputas com Brizola na esfera estadual, de acordo com Bastos (1978), resultaram de discordâncias quanto à orientação da ação governamental. Além disso, como já foi ressaltado, muitos que desafiaram as posições dos líderes do partido foram expulsos (D’ARAÚJO, 1996), o que relativiza a “solução consenso” que Delgado (2001) atribui aos pragmáticos reformistas.

Deste modo, não podemos considerar o viés ideológico que Ferrari procurou imprimir à cisão somente como uma estratégia para barrar o personalismo janguista, ou para enfraquecer a ala brizolista no Rio Grande Sul. Isso não se justifica apenas por muitas de suas demandas, como as reformas terem sido incorporadas pelo partido, nem por sua efetiva participação na elaboração dos programas partidários, como afirma D’Araújo (1996). Outrossim, foi importante o tencionamento feito através da sua atuação parlamentar – especialmente na Frente Parlamentar Nacionalista – para que os programas já existentes no PTB se transformassem em programa de governo.

Havia, portanto, um interesse na promoção de ideias e ideais promovidos pela fração ferrarista. Igualmente, não se pode negar que essa fração buscou orientar-se para o poder, ensejando o acirramento do confronto com o líder do partido.¹³ Com isso, as divergências entre teóricos e pragmáticos, inicialmente contornadas pelos ajustes internos do PTB, foram

¹³ Com relação aos primeiros anos do PTB, segundo Miguel Bodea (1992), é comum situar o “ideólogo” Pasqualini em contraposição ao “pragmático” Vargas. No entanto, o autor sugere que eles sejam encarados como agentes de uma “divisão de tarefas” no interior do partido que antes de se contraporem, compunham uma complementaridade conflitiva”.

potencializadas por Ferrari, também para a obtenção de dividendos políticos naquele contexto, quando o dissidente iria enfrentar seu partido de origem nas eleições para vice-presidente.

A partir do exposto acima, em síntese, é possível concluir que: 1) Ferrari alinhava-se à tendência que Lucilia Delgado denomina *doutrinária trabalhista* num momento de predominância dos *pragmáticos reformistas* no PTB. Estes, segundo Delgado, teriam buscado uma solução conciliatória aos conflitos internos do partido. No entanto, algumas das críticas dos *doutrinários*, como o unipessoalismo decisório e os critérios de ocupação de cargos públicos jamais seriam revistas pelos *pragmáticos*. Outras, como o reformismo, foram adotadas a longo prazo. 2) Ferrari procurou imprimir um viés ideológico à cisão, o qual não deve ser visto somente como uma estratégia para barrar o personalismo janguista, ou para enfraquecer a ala brizolista no RS. O tencionamento feito através da sua atuação parlamentar, especialmente na Frente Parlamentar Nacionalista, foi importante para transformar os programas já existentes no PTB em programas de governo. 3) Havia um interesse na promoção de ideias e ideais na fração ferrarista. Igualmente, não se pode negar que a fração buscou orientar-se para o poder, ensejando o acirramento do confronto com as lideranças do partido.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Suley. A Cisão do MTR com o PTB. In: Fleischer, David (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.

_____. *Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul*. Brasília 1978/93. Dissertação (mestrado) Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1978.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-293.

FERRARI, Fernando. *Mensagem Renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960.

_____. *Minha Campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.

_____. *Escravos da Terra*. Porto Alegre: Globo, 1963.

GOMES, Angela de Castro. [1988] *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 83-99. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

LEMOS, Renato. Fernando Ferrari. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 2151-2153. (Volume 2).

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalhismo e questão agrária: introdução ao estudo do pensamento político de Fernando Ferrari. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 88, setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 20/04/2010.

_____. Trabalhismo, reforma agrária, legislação para as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 1, n. 2. Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em: 20/04/2010.

WAGNER, Carlos e PEREIRA, André. *Fernando Ferrari*. Coleção esses gaúchos. 2 ed, Porto Alegre: Tchê! Comunicações LTDA, 1985.